

**ENTRE MERCADO E MEMÓRIA: o turismo como vetor ambivalente na sustentabilidade do artesanato no Nordeste do Brasil**

**DIOGO HENRIQUE HELAL**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ

**JOÃO MANOEL DE VASCONCELOS BEZERRA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

# **ENTRE MERCADO E MEMÓRIA: o turismo como vetor ambivalente na sustentabilidade do artesanato no Nordeste do Brasil**

## **1. INTRODUÇÃO**

O artesanato é uma das manifestações mais densas e persistentes da cultura material brasileira. Carregado de sentidos, técnicas e histórias, ele condensa elementos de identidade coletiva, produção simbólica e estratégias de reprodução econômica, especialmente entre comunidades historicamente marginalizadas. No Nordeste do Brasil — região marcada por desigualdades estruturais, mas também por um tecido cultural vigoroso — o artesanato ocupa um lugar privilegiado na construção de pertencimento e na afirmação de valores sociais. É nesse entrelaçamento entre cultura, trabalho e território que este estudo se inscreve.

Nas últimas décadas, o turismo tem se apresentado como uma alternativa de desenvolvimento local e regional, sendo incorporado a políticas públicas e estratégias de valorização de produtos culturais. Como aponta Zargham (2007), em países em desenvolvimento o turismo é frequentemente promovido como motor de crescimento econômico e instrumento para geração de emprego e inclusão social, sendo os produtos culturais — como os artesanatos — centrais nessa estratégia. O artesanato, nesse cenário, tem sido convocado não apenas como expressão estética, mas como ativo econômico e atrativo turístico. Essa relação, embora promissora, carrega tensões importantes. De um lado, há o reconhecimento do potencial do turismo para ampliar a visibilidade e gerar renda para os artesãos; de outro, há o risco de descaracterização das práticas artesanais, com a padronização de estilos e a mercantilização de saberes ancestrais, especialmente quando mediados por uma lógica exclusivamente economicista e centrada na experiência do turista consumidor.

A literatura que trata das indústrias criativas e do turismo cultural e criativo tem apontado os desafios de conciliar os objetivos de mercado com a preservação de valores culturais autênticos. Nesse contexto, ganha relevo a ideia de sustentabilidade sociocultural — entendida como a capacidade de uma comunidade manter e transmitir suas referências culturais, ao mesmo tempo em que participa de circuitos econômicos mais amplos. No entanto, a implementação de políticas públicas voltadas ao artesanato e sua articulação com o turismo ainda carece de estudos que revelem como tais relações se efetivam na prática, especialmente em contextos periféricos como o Nordeste brasileiro.

A incorporação crescente do artesanato em museus, galerias, espaços de design e arquitetura revela não apenas uma valorização cultural, mas também um deslocamento de seus sentidos originais. O que antes era funcional e comunitário, passa a ser reinterpretado como item decorativo ou de consumo simbólico, refletindo uma ambivalência entre reconhecimento e descaracterização. Essa tensão entre o valor cultural do artesanato e sua apropriação pelo mercado reforça a necessidade de análise crítica sobre os caminhos atuais de sua legitimação e circulação.

Este artigo parte, portanto, da seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira a articulação entre turismo e artesanato no Nordeste do Brasil tem contribuído — ou não — para a sustentabilidade sociocultural dos saberes artesanais? Para respondê-la, adotamos como objetivo central analisar as percepções de atores institucionais e representações de lideranças artesãs sobre os impactos sociais, culturais e econômicos dessa relação.

A relevância teórica deste trabalho reside na articulação entre os campos dos estudos culturais, da economia criativa e das políticas públicas, a partir de um olhar territorializado e sensível às especificidades locais. Em termos práticos, os achados da pesquisa podem subsidiar o redesenho de ações institucionais, contribuindo para que o turismo cumpra de fato um papel

promotor de desenvolvimento sustentável, sem renunciar à diversidade e da profundidade dos sentidos inscritos no fazer artesanal.

Ao observar as ambivalências dessa relação — ora promotora de inclusão e circulação simbólica, ora redutora e homogeneizante — buscamos contribuir para um debate mais complexo sobre o lugar do artesanato na agenda pública e nas estratégias de desenvolvimento regional. Por fim, ressalte-se que o debate também se insere no escopo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao reconhecer o papel do artesanato tradicional como vetor de inclusão, conservação ambiental e desenvolvimento cultural (Li, Ho & Yang, 2019).

Além disso, o artigo se insere em uma agenda de pesquisa internacional que busca compreender os efeitos das políticas públicas culturais em territórios periféricos, especialmente na interseção entre turismo, identidade e resistência cultural. Ao dar centralidade à escuta de atores locais, esta pesquisa propõe uma abordagem situada e crítica, sensível às dinâmicas sociais invisibilizadas por modelos economicistas de desenvolvimento.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A revisão de literatura deste estudo estrutura-se em dois eixos complementares: o primeiro discute o artesanato como prática sociocultural e econômica, com ênfase na sua relação com a sustentabilidade cultural e o reconhecimento institucional; o segundo aborda a interface entre turismo e indústrias criativas, com atenção às tensões entre mercantilização, valorização simbólica e políticas públicas.

### **2.1 Artesanato, cultura e sustentabilidade sociocultural**

O artesanato ocupa uma posição estratégica na dinâmica sociocultural de comunidades tradicionais e periféricas. Mais do que uma atividade econômica, ele expressa formas de vida, pertencimento e herança cultural, constituindo-se como uma prática social carregada de sentidos (Sennett, 2008; Fischer & Soares, 2012). Sua dimensão imaterial está ligada à transmissão intergeracional de saberes e ao papel dos mestres artesãos como guardiões da memória coletiva. Essa centralidade simbólica exige políticas de preservação que reconheçam o artesanato como patrimônio cultural vivo, articulando registro, valorização e estímulo à continuidade dos saberes.

A sustentabilidade sociocultural do artesanato, nesse sentido, não se limita à geração de renda. Envolve a possibilidade de manutenção das práticas em seus contextos originais, respeitando os códigos, narrativas e temporalidades locais. Como observam Fischer & Soares (2012), quando descolado de suas matrizes sociais, o artesanato corre o risco de tornar-se caricatura de si mesmo — um simulacro da tradição que serve ao mercado, mas não à cultura. Dessa forma, é necessário um olhar ampliado para as políticas públicas que incidem sobre o setor, incorporando dimensões como educação patrimonial, formação continuada e proteção dos direitos culturais.

A literatura também aponta para a invisibilidade de determinados atores dentro da cadeia produtiva artesanal, especialmente mulheres, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A ausência de reconhecimento formal e de apoio técnico continuado gera fragilidade institucional e dependência de intermediários, comprometendo a autonomia produtiva dos artesãos. A noção de sustentabilidade, portanto, precisa estar ancorada em justiça social, equidade territorial e pluralidade de expressões culturais.

Além da dimensão simbólica e identitária, o artesanato carrega consigo um repertório de conhecimentos ecológicos locais. Estudos como o de Hosseinnia e Shoja (2017) evidenciam que o fortalecimento das práticas artesanais em contextos rurais deve considerar a integração

entre saberes tradicionais e estratégias de desenvolvimento sustentável, como forma de mitigar a migração e reforçar a resiliência comunitária.

O artesanato é, portanto, mais do que um bem comercializável — ele é portador de valores simbólicos, identitários e históricos que remetem aos modos de vida das comunidades que o produzem. Como destacam Andrade et al. (2021), a transmissão intergeracional de saberes, especialmente por mestres artesãos, constitui um dos pilares para a sustentabilidade cultural das práticas artesanais, sendo necessário o reconhecimento institucional desses atores e de seus saberes como parte do patrimônio imaterial.

A produção artesanal, em especial no Nordeste do Brasil, encontra-se inserida em um contexto de disputas econômicas e simbólicas. Conforme aponta Oliveira et al. (2024), mesmo programas como o PNDA enfrentam limites quando não há continuidade nas ações ou valorização efetiva dos produtos frente às pressões do mercado. Isso torna urgente repensar as políticas de fomento, visando garantir não apenas a comercialização, mas a salvaguarda das tradições culturais.

O caso das ações desenvolvidas no município de Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco, Brasil) (Andrade et al., 2021) revela o potencial das parcerias entre universidades, prefeituras e comunidades na formação de novas gerações de artesãos. Esse tipo de iniciativa reforça a necessidade de integrar políticas de cultura, educação e desenvolvimento regional, com foco na continuidade dos saberes e na apropriação territorial dos processos formativos.

Essas discussões conectam-se também com a reflexão de Brasileiro (2012), que destaca a importância de se repensar o desenvolvimento cultural para além da lógica mercantil. Para a autora, o reconhecimento do artesanato como prática cultural exige políticas capazes de proteger os modos de vida que o sustentam, em diálogo com as territorialidades e com os valores da economia solidária.

Como afirma Veloso (2004), o artesanato precisa ser compreendido não apenas como objeto, mas como processo: um bem cultural vivo, construído a partir de referências compartilhadas, experiências intergeracionais e modos de vida. Nesse sentido, sua legitimação deve ir além da estética e considerar o papel dos artesãos enquanto sujeitos culturais ativos, cujas práticas mobilizam memórias, pertencimentos e territorialidades. A desvalorização simbólica dos artesãos em nome de uma estética mercadológica fragiliza não apenas a autenticidade da produção, mas também seu sentido social e coletivo.

Além disso, a identidade artesanal pode operar como mecanismo de resistência e agência em contextos de precarização econômica. Segundo Mantilla, De la Torre e Vásquez (2025), os artesãos de San Antonio (Equador) mobilizam narrativas identitárias que articulam criatividade individual e conhecimentos coletivos, contrapondo-se à lógica impessoal da produção em massa. Essas narrativas permitem o acesso a redes transnacionais e revalorizam a produção local mesmo diante das pressões do capitalismo contemporâneo.

Por fim, importa lembrar que o debate sobre o artesanato enquanto prática econômica também pode ser enriquecido pelo conceito de cadeia de valor com base na economia social e solidária. Essa abordagem, conforme destaca Pérez Hernández et al. (2025), permite incorporar dimensões culturais, espirituais e ecológicas ao modelo de desenvolvimento, reforçando o vínculo entre artesanato, território e bem-viver.

## **2.2 Turismo, indústrias criativas e a ambivalência da valorização cultural**

A valorização do artesanato no circuito institucional da arte e do turismo vem acompanhada de contradições. Como destaca Featherstone (1995), na cultura do consumo pós-moderna, objetos culturais são frequentemente deslocados de seus contextos originais e reinseridos como signos estéticos, moldados por lógicas de estilo de vida e distinção simbólica.

Essa transformação impacta diretamente a forma como o artesanato é percebido, consumido e produzido — tornando-se, em muitos casos, mercadoria decorativa desvinculada de seus significados originais.

O turismo, especialmente em sua vertente cultural e criativa, tem sido apresentado como oportunidade para a dinamização do setor artesanal. O conceito de turismo criativo, formulado por Richards e Wilson (2006), propõe um deslocamento da fruição passiva para a experiência ativa, na qual o turista participa das práticas culturais locais e estabelece vínculos simbólicos com os territórios visitados. Nesse modelo, o artesanato deixa de ser apenas mercadoria e passa a ser mediador de experiências significativas, reforçando a autenticidade dos destinos.

Contudo, essa perspectiva não se realiza automaticamente. A literatura crítica tem alertado para os riscos de mercantilização e espetacularização das culturas locais, quando estas são capturadas por dinâmicas turísticas descoladas dos sujeitos que as produzem (Brandão et al., 2012). O artesanato, nesse contexto, pode ser reduzido a souvenir, esvaziado de suas conexões com a memória, a identidade e a coletividade. Tal processo reforça desigualdades, centraliza decisões e transforma o produtor cultural em figurante do próprio território.

Essa tensão entre valorização simbólica e mercantilização também se manifesta nas políticas públicas. Embora o artesanato apareça como eixo transversal em programas de turismo, cultura e economia criativa, a ausência de articulação intersetorial e de ações estruturantes resulta em iniciativas pontuais, voltadas à promoção de eventos e não à construção de políticas permanentes. A centralidade da estética e da lógica de mercado, em detrimento da escuta e do planejamento participativo, compromete o potencial transformador do turismo enquanto política de desenvolvimento.

Por isso, torna-se fundamental pensar o turismo não apenas como indutor de fluxo econômico, mas como campo de disputa simbólica, que pode — ou não — contribuir para a valorização da diversidade cultural. A literatura sugere que a chave para essa contribuição está na territorialização das políticas, no reconhecimento dos saberes populares como bens comuns, e na ampliação da participação social nos processos decisórios.

O turismo cultural e criativo tem sido apontado como vetor de dinamização econômica e revalorização simbólica de territórios (Santos et al., 2012). A proposta de Richards e Raymond (2000) de um turismo baseado na participação criativa e na imersão cultural ganha destaque ao permitir que os visitantes se conectem com práticas vivas, como o artesanato. No entanto, tal conexão depende de estratégias cuidadosas de mediação cultural, para evitar a transformação da cultura local em espetáculo ou produto estandardizado.

A tensão entre valor simbólico e valor de troca dos produtos artesanais é ainda mais acentuada quando o turismo de massa condiciona os modos de produção e consumo. Como demonstram Nieto Mejía e Mora Forero (2025), no município colombiano de Ráquira, o turismo reconfigura as práticas artesanais ao impor símbolos, formas e narrativas demandadas pelos consumidores, obrigando os artesãos a resignificar seus ofícios e adaptá-los à lógica mercantil. Tal assimetria ameaça a função cultural das peças ao subordiná-las à sua dimensão econômica.

Claudino e Lanzarini (2023) enfatizam que o turismo contemporâneo está imerso em uma lógica de desejo, consumo e aparência, onde a busca por experiências autênticas convive com pressões pela espetacularização. Essa ambivalência é particularmente visível no artesanato, que ao ser inserido nos circuitos turísticos, passa a atender a uma demanda de mercado que nem sempre respeita sua origem e complexidade.

Nesse sentido, Carvalho e Nóbrega (2012) defendem o alinhamento entre turismo e economia da cultura como um caminho promissor, desde que ancorado em políticas públicas que valorizem a diversidade cultural e promovam o desenvolvimento local. Isso implica reconhecer o artesanato não apenas como uma atração turística, mas como um elemento estruturante das estratégias territoriais de desenvolvimento.

A integração entre turismo e artesanato tem sido objeto de diferentes análises internacionais. Mmopelwa e Mackenzie (2019), por exemplo, destacam como o artesanato impulsionado pelo turismo contribui significativamente para a renda de comunidades do sul da África, embora sua sustentabilidade dependa da gestão dos recursos naturais, do fortalecimento das capacidades locais e da transferência de saberes intergeracionais.

Como destacam Brasileiro et al. (2012), é preciso deslocar o eixo da análise do turismo como mero indutor de consumo para uma perspectiva em que ele seja articulado ao bem-estar das comunidades, à valorização dos bens culturais e à sustentabilidade dos modos de vida. Essa abordagem, mais próxima do que se tem chamado de turismo de base comunitária ou criativo, exige participação ativa dos sujeitos locais e rompimento com lógicas centralizadoras e mercantilistas da gestão do patrimônio.

Essa crítica é reforçada por Pfeiffer (2012), ao analisar a forma como a lógica do desenvolvimento hegemônico tende a submeter todas as culturas à racionalidade capitalista, colocando em risco formas de vida que não se enquadram em modelos de produtividade e consumo globalizados. A autora defende uma visão crítica do desenvolvimento, que reconheça os limites da integração cultural via turismo e proponha alternativas baseadas em processos endógenos e respeitosos da diversidade.

Do mesmo modo, Coriolano e Sampaio (2012) argumentam que o turismo deve ser repensado como prática social situada, sensível aos valores das comunidades e às suas lutas por reconhecimento. Os autores apontam para a emergência de experiências alternativas de turismo, fundadas na reciprocidade, no diálogo intercultural e na desaceleração do consumo.

Com base nessas contribuições, pode-se afirmar que a articulação entre turismo e artesanato deve ser pensada não apenas como estratégia de inserção econômica, mas como construção política e simbólica que exige cuidado, participação social e proteção institucional. A experiência de Puri, na Índia, demonstrada por Azharunnisa et al. (2022), ilustra um modelo de integração territorial entre turismo e promoção do artesanato que busca distribuir os fluxos turísticos de forma mais equitativa, valorizando os núcleos produtores e reduzindo a dependência de intermediários. É nesse horizonte que este estudo se insere.

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo insere-se no campo das pesquisas qualitativas, ancorado na perspectiva compreensiva e interpretativa das ciências sociais aplicadas. A escolha por essa abordagem se justifica tanto pela natureza do objeto — artesanato enquanto prática cultural e política pública — quanto pela ênfase na escuta e análise das percepções dos atores diretamente envolvidos na formulação, gestão e vivência das políticas para o setor.

Os participantes da pesquisa foram selecionados por critério intencional, com foco na diversidade institucional, territorial e funcional. Buscou-se contemplar a heterogeneidade do campo do artesanato, incluindo representantes de diferentes estados, com distintos níveis de inserção nas políticas públicas. Essa opção visou assegurar uma visão abrangente dos sentidos atribuídos à articulação entre turismo e cultura.

O delineamento metodológico é de caráter exploratório e descritivo, buscando identificar sentidos atribuídos, experiências relatadas e contradições percebidas pelos entrevistados em torno da relação entre turismo e artesanato.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas, entre outubro de 2021 e março de 2023. A primeira concentrou-se na análise de dados secundários, incluindo relatórios institucionais, legislações, portarias e bases de dados públicas, com destaque para o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) e materiais disponibilizados pelos sites dos Programas do Artesanato dos nove estados nordestinos. Essa etapa permitiu mapear a estrutura

formal do setor, as diretrizes oficiais e as ações voltadas à promoção do artesanato em articulação com o turismo.

A segunda etapa consistiu em entrevistas semiestruturadas com 28 atores-chave do campo, organizados em três grupos: (1) gestores e gestoras estaduais do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), vinculados às secretarias estaduais de desenvolvimento, cultura ou trabalho; (2) técnicos do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - atuantes na linha de economia criativa ou artesanato em pelo menos sete dos nove estados nordestinos; e (3) representantes de organizações da sociedade civil, incluindo federações, confederações e associações regionais de artesãos. As entrevistas foram realizadas de forma remota, gravadas com consentimento livre e esclarecido dos participantes, e posteriormente transcritas na íntegra para análise.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise temática (Braun & Clarke, 2006), combinando codificação aberta com categorias previamente ancoradas na literatura. Os eixos analíticos estabelecidos foram: (a) turismo e comercialização do artesanato; (b) valorização da memória e dos saberes tradicionais; e (c) estrutura e limitações das políticas públicas. Essa triangulação entre diferentes fontes — documentos oficiais, dados secundários e narrativas dos sujeitos — permitiu construir uma compreensão situada das dinâmicas regionais em torno da relação entre turismo e sustentabilidade cultural do artesanato.

Durante a análise, buscou-se preservar a complexidade das vozes entrevistadas, adotando uma postura analítica crítica e reflexiva. Foram mobilizadas categorias interpretativas que permitissem dialogar com os conceitos de território, patrimônio imaterial, economia da cultura e políticas de reconhecimento. O critério de saturação temática orientou a conclusão do processo de entrevistas, permitindo robustez na interpretação e coerência com os objetivos da pesquisa.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os achados da pesquisa revelam um cenário ambivalente em relação à articulação entre turismo e artesanato no Nordeste do Brasil. Os discursos dos entrevistados, oriundos de diferentes esferas institucionais e da sociedade civil organizada, expressam simultaneamente expectativas de valorização cultural e frustrações com os limites das políticas públicas em vigor.

### **4.1. Turismo como canal de visibilidade e comercialização**

O turismo é frequentemente citado como a principal estratégia de comercialização adotada pelos estados e municípios, seja por meio da realização de feiras, da inclusão do artesanato em roteiros turísticos, ou pela mediação de parcerias com o setor hoteleiro e agências de viagem. Entrevistados dos estados de Pernambuco, Ceará e Bahia mencionaram iniciativas em que o artesanato é promovido como “porta de entrada” para a cultura local, compondo uma narrativa que associa o produto artesanal a uma experiência “autêntica” do lugar.

Contudo, essa valorização não ocorre de maneira homogênea. Há forte concentração de ações nas capitais e em cidades já reconhecidas como destinos turísticos consolidados, como Salvador, Recife, Fortaleza e Natal. Artesãos de municípios menores e interioranos têm pouco acesso a esses circuitos, dependem de deslocamentos longos e raramente participam das decisões sobre como e onde suas produções serão exibidas.

### **4.2. Padronização estética e invisibilização dos saberes**

A dimensão simbólica do artesanato aparece ameaçada por uma lógica de mercado que exige produtos “vendáveis”, de fácil reprodução e com apelo visual imediato. Em todos os

estados, os entrevistados mencionaram uma tendência de padronização das peças, incentivada por editais, feiras e programas de capacitação técnica. Essa padronização, segundo um gestor do Maranhão, “acaba retirando a alma do artesanato”, ao enfraquecer a singularidade dos fazeres tradicionais.

Os mestres artesãos — reconhecidos pelas comunidades como guardiões de técnicas, narrativas e modos de vida — não têm sido alvo prioritário das políticas públicas. Há ausência de mecanismos sistemáticos de registro, reconhecimento e transmissão intergeracional desses saberes, o que compromete a continuidade das práticas culturais.

### 4.3. Políticas fragmentadas e falta de intersectorialidade

A fragmentação institucional também emerge como um desafio importante. Muitos programas estaduais carecem de articulação entre as pastas de cultura, turismo, desenvolvimento econômico e assistência social. A atuação do SEBRAE é amplamente reconhecida como estratégica, especialmente nas áreas de capacitação e design de produtos, mas há críticas quanto à sua lógica empresarial e ao distanciamento em relação às realidades sociais dos artesãos.

Algumas falas ilustram a percepção de que os programas de incentivo ao artesanato operam sob uma racionalidade voltada mais à promoção de eventos do que à construção de políticas de base territorial e de longa duração. Um representante da Paraíba afirmou que “o artesanato aparece nos governos como uma vitrine, mas não como um compromisso real com o povo que vive dele”.

Essa fragmentação compromete também a avaliação de impacto das políticas, que tendem a valorizar indicadores quantitativos de participação e vendas, em detrimento da qualificação simbólica das práticas artesanais e da continuidade dos saberes. A ausência de marcos referenciais sobre o que se entende por sustentabilidade cultural impede a construção de políticas mais robustas e sensíveis à diversidade dos territórios.

### 4.4. Síntese dos resultados

Para fins de sistematização, o Quadro 1 resume os principais achados conforme os três eixos de análise:

**Quadro 1. Eixos analíticos, principais achados e falas ilustrativas dos entrevistados**

Eixo de Análise	Achado Principal	Citação Ilustrativa
Turismo e comercialização	Concentração em eventos urbanos; pouca participação de artesãos nas decisões; visibilidade seletiva.	“Tem artesão que nunca saiu do interior, mas o edital só aceita quem já participou de feira grande. Fica sempre pros mesmos.” (artesã e liderança associativa, PB)
Memória e identidade	Ausência de políticas de registro; invisibilidade dos mestres; descaracterização estética.	“O mestre sabe fazer, mas ninguém registra, ninguém ensina. Quando ele se vai, o saber vai junto.” (gestor estadual do artesanato, MA)
Estrutura e políticas públicas	Baixa intersectorialidade; dependência de ações pontuais; foco em mercado sem contrapartida cultural.	“Turismo quer vender. Cultura quer preservar. Desenvolvimento quer gerar renda. Mas ninguém junta essas pontas.” (técnica de secretaria estadual, SE)

Fonte: Elaboração própria (2025).

## 4.5 Discussão

O debate sobre o artesanato no contexto do turismo e das políticas culturais deve considerar a tensão entre tradição e mercado. Como já apontava Canclini (1980), as culturas populares não estão fora da lógica capitalista; ao contrário, são reconfiguradas dentro dela, assumindo funções simbólicas e econômicas na reprodução do sistema. Essa perspectiva permite compreender por que o artesanato, mesmo quando reconhecido institucionalmente, continua submetido a padrões estéticos e produtivos definidos por demandas de consumo e não pelas dinâmicas culturais das comunidades produtoras.

A análise dos resultados permite refletir sobre os limites e possibilidades do turismo como estratégia de valorização do artesanato no Nordeste do Brasil, à luz do referencial teórico que articula os campos das políticas públicas, da sustentabilidade cultural e das indústrias criativas. O que se observa é uma convivência tensa entre duas racionalidades: de um lado, a lógica da preservação de saberes e práticas ancoradas em territórios e tradições; de outro, a pressão por adaptação às exigências do mercado turístico, que demanda produtos com estética padronizada, funcionalidade adaptada ao gosto do consumidor e narrativa empacotada para o visitante.

Como destacam Richards e Wilson (2006), o turismo criativo deve promover a participação ativa do turista e o reconhecimento das culturas locais como protagonistas da experiência. No entanto, nos contextos analisados, prevalece um modelo de turismo que reduz o artesanato a *souvenir*, com ênfase na performance e não no processo. Um dos entrevistados sintetizou essa crítica ao afirmar que "o turista quer ver o artesão sorrindo, fazendo uma peça na hora, mas não sabe da luta que é manter esse ofício vivo todo dia no sertão" (gestor público, RN).

Como observa Zargham (2007), o turismo cultural oferece oportunidades de revitalização econômica, mas pode também induzir processos de "turistificação" que colocam em risco o patrimônio cultural, especialmente quando há sobrecarga simbólica e pouca participação local na definição das políticas.

A ausência de políticas intersetoriais reforça esse descompasso. Apesar de o artesanato estar inserido em múltiplas agendas — cultura, turismo, desenvolvimento econômico, assistência social —, os programas existentes carecem de articulação entre essas dimensões. Tal fragmentação compromete a construção de políticas públicas sustentáveis e de longo prazo. Uma das entrevistadas, representante de federação de artesãos, observou que "cada órgão faz um pedacinho. Ninguém junta tudo num projeto que veja o artesanato como cultura, trabalho e futuro".

A pesquisa de Nieto Mejía e Mora Forero (2025), ao analisar o caso de Ráquira, revela que políticas mal planejadas de turismo podem promover um processo de expropriação cultural, na medida em que colocam a lógica de mercado acima da coesão identitária. Isso ecoa os riscos observados no Nordeste brasileiro, onde o artesão é frequentemente reduzido a fornecedor de souvenirs, e não reconhecido como sujeito de memória e saber.

Além disso, os investimentos se concentram em ações de visibilidade (feiras, eventos, exposições) em detrimento de políticas estruturantes (registro dos saberes, formação de mestres, educação patrimonial). Um técnico estadual de cultura destacou: "É mais fácil aprovar dinheiro pra estande do que pra oficina de mestre. O que aparece pra fora tem mais valor do que o que sustenta por dentro".

O quadro que se desenha é o de uma política pública para o artesanato ainda marcada pela intermitência, pela dependência de arranjos institucionais frágeis e pela subordinação à lógica de mercado. Essa constatação ressoa o argumento de Fischer e Soares (2012) ao apontarem que a sustentabilidade do artesanato depende do reconhecimento de sua dimensão simbólica e da criação de dispositivos que garantam a sua transmissão intergeracional.

O turismo, nesse cenário, pode tanto reforçar quanto atenuar desigualdades. Quando orientado por uma lógica economicista e desvinculado dos contextos sociais e culturais, tende a marginalizar comunidades, invisibilizar mestres e homogeneizar práticas. Mas, se inserido em estratégias sensíveis às territorialidades, com participação ativa das comunidades e valorização das diversidades, pode ser potente aliado da sustentabilidade cultural. Como declarou um técnico do SEBRAE: "Tem muito potencial, mas só vira desenvolvimento de verdade quando o artesão deixa de ser figurante e passa a ser protagonista".

Outro caminho promissor reside na reconfiguração das cadeias de valor do artesanato sob uma ótica da economia social e solidária. Como evidenciam Pérez Hernández et al. (2025), o fortalecimento da cadeia de valor com foco na criação de valor compartilhado, comércio justo e redução de intermediários pode aumentar a autonomia dos artesãos e favorecer estratégias sustentáveis, sobretudo em contextos de turismo alternativo.

A experiência de integração entre turismo e artesanato em San Antonio (Equador), como analisada por Mantilla, De la Torre e Vásquez (2025), evidencia o papel estratégico das narrativas identitárias na construção de alternativas culturais ao mercado. Essa experiência reforça a importância de reconhecer o artesanato como prática política e simbólica, e não apenas como atividade econômica de subsistência.

Por fim, a discussão sugere que o artesanato não pode ser pensado apenas como produto turístico, mas como prática social complexa que demanda reconhecimento, cuidado e políticas de proteção cultural. Li, Ho e Yang (2019) propõem que a combinação entre inovação em design e preservação cultural pode abrir caminhos para a sustentabilidade do artesanato tradicional, desde que se valorize sua dimensão imaterial e o envolvimento ativo dos artesãos nos processos criativos e produtivos.

O turismo só será um aliado efetivo se deixar de tratar o artesão como fornecedor de experiências e passar a vê-lo como sujeito de direito, de memória e de futuro.

## 5. CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÕES

Este estudo partiu da seguinte pergunta: de que maneira a articulação entre turismo e artesanato no Nordeste do Brasil tem contribuído — ou não — para a sustentabilidade sociocultural dos saberes artesanais? A partir da análise de entrevistas com gestores públicos, técnicos institucionais e lideranças do setor, buscou-se compreender os sentidos, limites e contradições que marcam essa relação em uma das regiões mais culturalmente expressivas e socialmente desiguais do país.

Os resultados indicam que, embora o turismo exerça papel relevante como plataforma de comercialização e visibilidade, ele também opera, muitas vezes, como vetor de homogeneização estética e esvaziamento simbólico. O artesanato, quando mediado por uma lógica de consumo e espetáculo, corre o risco de ser despojado de seus vínculos com o território, com a memória e com os modos de vida que lhe conferem sentido.

A pesquisa também revelou que as políticas públicas voltadas ao setor ainda são marcadas por descontinuidade, fragmentação institucional e pouca sensibilidade à diversidade sociocultural dos artesãos. A ausência de programas permanentes de registro e valorização dos mestres artesãos, bem como a predominância de ações de curto prazo voltadas para feiras e eventos, apontam para uma fragilidade estrutural que compromete a sustentabilidade cultural do artesanato.

Ao responder à pergunta de pesquisa, conclui-se que o turismo, tal como vem sendo implementado na maioria dos estados nordestinos, exerce função ambivalente: pode promover inclusão econômica e circulação simbólica, mas também reforçar desigualdades territoriais e contribuir para a descaracterização cultural. A chave para superar essa ambivalência está na

formulação de políticas públicas intersetoriais, territorializadas e participativas, que articulem turismo, cultura, educação e economia solidária.

Como contribuição teórica, o artigo propõe uma abordagem crítica do turismo enquanto política pública de cultura, convocando o debate sobre o papel do Estado na proteção e valorização de bens culturais imateriais em contextos periféricos. No plano prático, aponta para a urgência de incluir os artesãos na formulação das políticas que lhes dizem respeito, reconhecendo-os não apenas como produtores de bens, mas como detentores de saberes, histórias e direitos.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para reorientar o olhar sobre o artesanato e sua relação com o turismo, não como um apêndice decorativo do desenvolvimento, mas como expressão viva de resistência, criatividade e identidade dos povos do Nordeste brasileiro.

Futuras pesquisas podem explorar comparações entre estados ou regiões com diferentes graus de institucionalização das políticas culturais, bem como avaliar o impacto de programas de formação e registro de mestres artesãos. A análise de iniciativas de turismo de base comunitária também pode oferecer caminhos concretos para uma articulação mais justa entre mercado, cultura e território.

## REFERÊNCIAS

Andrade, D. de A., Queiroz, R. S., & Araújo, M. T. S. (2021). Transmissão do saber fazer cerâmico por mestre artesão: uma ação estratégica de sustentabilidade cultural para a Cerâmica do Cabo. *Anais... 14º Congresso Brasileiro de Design (P&D)*.

Azharunnisa, A., Gupta, S., & Panda, S. (2022). Craft culture revival through a sustainable approach of integrating tourism with craft promotion: case study of Puri, Odisha. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 12(3), 360–373. <https://doi.org/10.1108/JCHMSD-07-2021-0120>

Brandão, P. M., da Silva, F. R. M., & Fischer, T. (2012). Potencialidades do artesanato no desenvolvimento de destinos turísticos criativos e sustentáveis. *Tourism & Management Studies*, 195-202.

Brasileiro, M. D. S. (2012). Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In Brasileiro, MDS., Medina, JCC., Coriolano, LN., orgs. *Turismo, cultura e desenvolvimento* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. 233

Brasileiro, M. D. S., Medina, J. C. C., & Coriolano, L. N. (Orgs.). (2012). *Turismo, cultura e desenvolvimento*. EDUEPB.

Canclini, N. G. (1983). *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

Carvalho, A. L. P. de, & Nóbrega, Z. S. (2012). Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura. In M. D. S. Brasileiro et al. (Orgs.), *Turismo, cultura e desenvolvimento* (pp. 125–150). EDUEPB.

Claudino, J., & Lanzarini, J. (2023). O TURISMO ESTÁ NA MODA? TECENDO SABERES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E MODA. *THIJ – Tourism and Hospitality International Journal*, 23(1), 101–122.

Coriolano, L. N., & Sampaio, C. A. C. (2012). Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In M. D. S. Brasileiro et al. (Orgs.), *Turismo, cultura e desenvolvimento* (pp. 49–74). EDUEPB.

Featherstone, M. (1995). Estilo de vida e cultura de consumo. In: \_\_\_\_\_. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.

Fischer, T., & Soares, R. M. (2012). Maestria em artes e ofícios populares: uma questão de gênero. In M. E. Freitas & M. Dantas (Orgs.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cenage Learning. (pp. 312-335).

Hosseinnia, E., & Shoja, B. (2017). The role of handicrafts in the sustainable development of rural tourism with an emphasis on indigenous knowledge. *International Journal of Geography and Geology*, 6(1), 1–7. <https://doi.org/10.18488/journal.10/2017.6.1/10.1.1.7>

Li, Y., Ho, C. I., & Yang, Y. (2019). A Design Thinking-Based Study of the Prospect of the Sustainable Development of Traditional Handicrafts. *Sustainability*, 11(17), 4823. doi:10.3390/su11184823

Mantilla, J., De la Torre, S., & Vásquez, J. . (2025). Arte, artesanía y narrativas identitarias en el capitalismo contemporáneo: El caso de San Antonio, Ecuador. *PASOS Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural*, 23(2), 421–432. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2025.23.028>

Mmopelwa, G., & Mackenzie, J. (2019). Economic assessment of tourism-based livelihoods for sustainable development A case of handicrafts in Southern and Eastern Africa. In N. B. Salazar & J. M. Graburn (Eds.), *Handicrafts in Southern and Eastern Africa*. (pp. 235–253). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429289422-17>

Nieto Mejía, A., & Mora Forero, J. A. (2025). La artesanía utilitaria y artística de Ráquira Boyacá: un análisis entre lo comercial y lo simbólico a partir del turismo. *PASOS Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural*, 23(1), 213–226. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2025.23.014>

Oliveira, H. S., Santos, A. C., & Guimarães, R. M. A. M. (2024). A invisibilidade da cultura popular e a importância do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) para proteção e salvaguarda da louça de barro de Itabaianinha/SE. *Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades*, Curitiba, v.13, n.2, p. 01-15, 2024.

Pérez Hernández, D. M., Ramón-Hernández, P., & Jiménez-Rodríguez, D. J. (2025). La cadena de valor y la economía social y solidaria de la actividad artesanal como parte del turismo alternativo: una revisión sistemática de la literatura. *PASOS Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural*, 23(2), 523–537. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2025.23.035>

Pfeiffer, C. R. (2012). Desenvolvimento e cultura: parâmetros para a reflexão dessa complexa relação. In M. D. S. Brasileiro et al. (Orgs.), *Turismo, cultura e desenvolvimento* (pp. 151–168). EDUEPB.

Richards, G. & Raymond, C. (2000). Creative Tourism. *Atlas News*, n. 23, p. 16-20, 2000.

Richards, G. & Wilson, J. (2006). Developing Creativity in Tourist Experiences: A Solution to the Serial Reproduction of Culture? *Tourism Management*, 27(6), pp. 1209-1223.

Santos, J. F., Carvalho, R., & Figueira, L. M. (2012). A importância do turismo cultural e criativo na imagem de um destino turístico. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 17/18, 1559-1572.

Sennett, R. (2008). *The craftsman*. Yale University Press.

Veloso, M. (2004). Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público. In: TEIXEIRA, João Gabriel et al. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS-UnB.

Zargham, M. (2007). Sustainable tourism development and handicrafts in the developing world. *Sustainable Development and Planning III*, WIT Transactions on Ecology and the Environment, Vol 102, 1011-1017. doi:10.2495/SDP070972